

“LEGIONÁRIOS DA DEMOCRACIA” A Construção Retórica do Governo Militar Brasileiro recém-implantado em 1964.

Priscila Ferreira Perazzo

Doutora em História Social pela FFLCH-USP.

Professora do Curso de Comunicação Social e do Programa de Mestrado em Administração do IMES.
Coordenadora Geral pelo Projeto *Memórias do ABC/IMES*.

Vilma Lemos

Doutoranda em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP. Professora do Curso de Comunicação Social e do Curso de Ciências da Computação do IMES, da Rede Pública de Ensino e do Colégio da Fundação Santo André. Orientadora do módulo Memória do Teatro e da Literatura do Projeto *Memórias do ABC/IMES*.

RESUMO

A partir do *Certificado de Adesão* à campanha da **Semana Cívica do Ouro**, documento que muitos brasileiros receberam por “doar ouro para o bem do Brasil”, podemos analisar a construção retórica do governo militar brasileiro recém-implantado em 1964, em sua empreitada de legitimação do poder e de uma nova ordem social, acionando elementos simbólicos do imaginário social do Brasil República.

Palavras-chave: governo militar, retórica, imaginário social.

ABSTRACT

Starting from the *Adhesion Certificate* to the campaign of the Golden Civic Week, document that many Brazilians were awarded for “donating gold for the good of Brazil”, we can analyze the Brazilian military government’s rhetorical construction, at its newly implantated regime in 1964, to improve the power and the new social order, using symbolic elements of the social imagery.

Keywords: Brazilian military government of 1964; rhetoric; social imagery.

Junho, 1964: o novo regime tinha pouco mais de dois meses. Alguns ainda estavam atônitos com as mudanças. Outros nem sequer sentiam a diferença. Alguns poucos já sentiam medo. Foi no período da recém-implantação do regime militar brasileiro que a campanha da **Semana Cívica do Ouro** realizou-se em cidades do Estado de São Paulo.

A Semana Cívica do Ouro, encampada pelo Rotary Club das cidades brasileiras, encaixava-se na campanha nacional **Dê ouro para o bem do Brasil**, promovida por Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados e articulador do novo regime. Na década de 1960 os Diários Associados já representavam uma cadeia de meios de comunicação em escala empresarial significativa para o Brasil. Chateaubriand fora um dos fervorosos opositores do governo de João Goulart e chegou a fazer de sua própria residência, em São Paulo, um dos centros de conspiração contra o governo. Por meio de seus artigos diários, publicados e divulgados por todo o Brasil através da imprensa, do rádio e da televisão dos Associados, preparou-se a opinião pública para a eclosão do movimento político-militar de 1964, conseguindo, em seguida, a adesão da população no sentido de doar jóias para auxiliar o pagamento da dívida externa brasileira, implementando a campanha nacional **Dê ouro para o bem do Brasil** (Abreu, 2001, p. 1340).

Nos Diários Associados de São Paulo, instalou-se a sede da Comissão Central para a qual eram encaminhados os resultados da campanha. De jóia à obturação de ouro, a campanha arrecadou 3,8 bilhões de cruzeiros, aproximadamente 3 milhões de dólares de 1964 (Morais, 1996, p. 653). O "legionário" doador recebia, em troca do ouro doado, uma aliança de alumínio com a inscrição da campanha.

Certificado de Adesão

O Rotary Clube de Mocóca, por seu presidente abaixo assinado, certifica que o cidadão que este também subscreve integrou-se na luta pela Democracia, contribuiu financeiramente para o reerguimento do Brasil e, para seu reerguimento moral promete defender e propagar os seguintes:

DEVERES DO LEGIONÁRIO DA DEMOCRACIA

- 1- *Lutar pela consolidação da Revolução Democrática.*
- 2- *Combater intransigentemente o comunismo ou qualquer regime totalitário.*
- 3- *Respeitar as leis e as autoridades constituídas.*
- 4- *Pugnar pela democratização do capital e defesa da livre Iniciativa.*
- 5- *Preservar a moral e a honra da Família, da Pátria e as tradições religiosas do Brasil.*
- 6- *Combater o roubo, a corrupção, a ganância e os políticos desonestos.*
- 7- *Combater os lucros excessivos.*
- 8- *Combater a sonegação dos impostos.*
- 9- *Cooperar no rendimento do trabalho e aumento da produção na cidade e no campo.*
- 10- *Não permitir a retenção de mercadorias que vise à especulação.*
- 11- *Evitar os gastos supérfluos ou além de suas possibilidades.*
- 12- *Zelar pelo aprimoramento da cultura em geral e dos conhecimentos técnicos.*
- 13- *Ajudar os menos favorecidos.*
- 14- *Orientar e amparar a infância.*
- 15- *Confiar no futuro e na grandeza do Brasil, combatendo os derrotistas e inertes.*

Mocóca, SEMANA CÍVICA DO OURO de junho de 1964.

Assinatura

Assinatura

Presidente

Legionário

Havia ainda urnas nas sedes dos jornais, rádios e televisões Associados de todo o país. Ao lado dessas urnas, cartazes com os deveres do legionário. A finalidade da campanha, segundo seu organizador, era recompor o lastro do tesouro nacional, corroído pelo governo "comunista" deposto.

Antes do golpe militar de 31 de março de 1964, reinava no país um descontentamento político com o governo de Juscelino Kubitschek, marcado por greves e inflação galopante, desde fins de 1959. A população mostrava-se descontente com os rumos do desenvolvimento brasileiro. Por isso, Jânio Quadros, candidato da oposição, venceu o Marechal Lott, candidato

oficial à sucessão presidencial de 1960, embora o Congresso Nacional fosse majoritariamente contrário à gestão janista. No entanto, em 25 de agosto de 1961, Jânio renunciou ao cargo de presidente da República e foi o vice, João Goulart, quem assumiu o país, apesar da oposição de setores reacionários das Forças Armadas, do Congresso Nacional e do capital estrangeiro. Por outro lado, amplos setores políticos, militares e populares apoiavam Jango.

Como forma de minimizar as divergências das facções políticas, optou-se por aprovar o sistema parlamentarista no Congresso Nacional em 1º de setembro de 1961, a fim de limitar os poderes

presidenciais de Goulart e permitir sua posse como presidente da República. Contudo, o novo sistema também não agradou e, pressionado pela população e pelos militares, o Congresso estabeleceu a data de 6 de janeiro de 1963 para um plebiscito, a fim de decidir pela permanência do parlamentarismo ou pela volta do presidencialismo. Com vitória esmagadora a favor do presidencialismo, Jango passou a ter poderes efetivos para promover as reformas de base que envolviam a terra, o sistema político constitucional, o problema financeiro-organizativo, a questão da energia, transportes marítimos e terrestres. No entanto, muitos se posicionaram contra as reformas, movidos por interesses particulares e ao então presidente foi atribuída a pecha de comunista, por voltar-se para questões sociais que se chocavam com os interesses do capitalismo norte-americano.

Ao chegarem as eleições de 1962, a direita se organizou contra “a onda esquerdizante”, buscando o apoio de grupos como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), a ADEP (Ação Democrática Popular) e o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). Empresários, a CIA (Central Intelligence Agency) e as multinacionais financiavam a campanha de vários deputados e governantes que se enquadrassem nos seguintes aspectos: ter chances de vencer, defender a livre iniciativa, ser anti-comunista, ter um posicionamento pró-Estados Unidos, ser favorável à entrada do capital estrangeiro no país.

Percebemos aqui que o perfil do político que recebia o apoio dos grupos políticos de direita e do capital internacional correspondia ao perfil do “legionário da democracia” que posteriormente será disseminado entre a população brasileira pela **Semana Cívica do Ouro**, no sentido de combater o

comunismo, respeitar as leis e as autoridades, cooperar no rendimento do trabalho e aumento da produção, combater corrupção e políticos desonestos. Assim, assinar o “certificado de adesão” colocava o “legionário” ao lado da ordem nacional constituída naquele momento.

A direita, melhor organizada, contando com enormes recursos, emissoras de rádio e TV, grandes jornais (*O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Diário de São Paulo*, etc.) soube tirar proveito das vacilações do governo. Tinha também o apoio dos latifundiários, dos donos de grandes empresas, das multinacionais, de significativos setores das Forças Armadas, da classe média e da Igreja Católica, além do beneplácito dos Estados Unidos, e tudo fazia para ultimar um golpe visando a derrubar o “governo comunista de Goulart” (Mocellin, 1987, p. 263).

Em 13 de março de 1964, o presidente João Goulart pronunciou-se a favor da necessidade de mudanças na Constituição brasileira durante o Comício da Central do Brasil no Rio de Janeiro. Em decreto, defendeu também a encampação das refinarias particulares, o tabelamento dos aluguéis dos imóveis desocupados e a desapropriação de terras às margens dos eixos rodoviários e dos açudes, ou que pudessem tornar produtivas áreas inexploradas. Mas o golpe de misericórdia sobre o governo parece ter sido o movimento **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**, que ocorreu em 19 de março de 1964, em São Paulo, organizado por senhoras da alta sociedade, apoiadas por uma classe média assustada, por políticos da UDN, militares da direita e padres conservadores. Durante a passeata, palavras de ordem contra o perigo comunista destacavam-se: “Vermelho bom, só o batom”, “Verde, amarelo, sem foice nem martelo”.

Em 2 de abril de 1964, foi a vez de o Rio de Janeiro promover sua marcha. Outras capitais também seguiram o exemplo, porém, mudaram de nome após a tomada do poder pelos militares: eram as “marchas da vitória”, nas quais vários grupos da sociedade brasileira defendiam os “deveres do legionário da democracia” quanto a “preservar a moral e a honra da Família, da Pátria e as tradições religiosas do Brasil”.

Foi assim que todo o Brasil acordou no dia 1º de abril de 1964 sob o novo regime, que se intitulava *Revolução Democrática*. Apesar de o título não corresponder à realidade, esse novo governo não era de mentira e instalou-se em nossa sociedade por muitos anos, sustentado pelas alianças com o capital estrangeiro, pela força dos militares e, sobretudo, pelo endosso ao autoritarismo presente no imaginário social brasileiro e constitutivo de nossas tradições históricas. Nesse aspecto, considera-se imaginário social como uma peça efetiva e eficaz para o controle da vida coletiva e, em especial, para o exercício da autoridade e do poder, permitindo que sua legitimação ocorra no próprio centro do imaginário social (Baczco, 1985, p. 310). O autoritarismo pode ser considerado um elemento simbólico significativo da vida político-social brasileira, presente no imaginário social republicano, capaz de designar identidade à sociedade a partir da representação que faz de si mesma. Tal imaginário, acionado nos movimentos populares de março e abril de 1964 pelas marchas da família e da vitória, possibilitou legitimidade para a tomada do poder pelos militares e grupos sociais conservadores.

Nos primeiros meses do novo regime, o Comando Revolucionário cassou, em nome de “salvar a democracia”, deputados, senadores, governadores, prefeitos e outros ocupantes de função pú-

blica. Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu interinamente a Presidência da República após o exílio de Jango no Uruguai e entregou o cargo ao General Castelo Branco, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional em 11 de abril de 1964. Com isso, foram 20 anos de governo ditatorial que desrespeitou direitos humanos, promovendo torturas e perseguições. Nesse período, a renda se concentrou ainda mais nas mãos de poucos, os mais aquinhoados, e nossa economia passou por uma desnacionalização.

Curiosa contradição se estabeleceu: o regime militar desmontava a já frágil democracia brasileira que se posicionara ao lado do capitalismo norte-americano com o fim da Segunda Guerra Mundial. Por sua vez, intitulava-se “Revolução Democrática”.

Civismo passava a ser uma das palavras de ordem desse novo regime que procurou arregimentar seus legionários, como soldados que lutam para defender a pátria, a família, a honra e as tradições. O termo democracia era evocado no sentido de representar não um sistema de governo, nem valores como igualdade ou liberdade. Deveria apenas fazer o papel de representar, com uma palavra, valores positivos como moral, honra, família, pátria e religião, atributos que deveriam ser respeitados, zelados e preservados pelos legionários-cidadãos.

Pautado sobre um pensamento maniqueísta, o “certificado de adesão” do legionário lançava a contraposição: aos soldados da pátria caberia ainda combater os males da sociedade incorporados na figura do comunismo, responsável por valores degradados como roubo, corrupção, ganância, desonestidade, sonegação e especulação.

A partir da antítese “democracia X comunismo”, identificamos

os “times” que estavam em campo em 1964. Tais termos são herdeiros de um passado recente que, com o clima da Guerra Fria, colocava em posições opostas e de rivalidade o comunismo como ideologia dos países ligados à URSS e a democracia como posição dos países de regime capitalista, de ideologia liberal, ligados aos Estados Unidos. Tais representações constituíam o imaginário social da década de 1960, permitindo à coletividade designar sua identidade, estabelecendo e distribuindo os papéis sociais. Porém, como nos adverte Bronislaw Baczko, designar a identidade coletiva corresponde à formação de imagens dos inimigos e dos amigos, rivais ou aliados (1985, p. 309) que, no caso da conjuntura brasileira, passou a ser identificado pela antítese que se estabeleceu entre o governo “esquerdista” de Jango e o regime “democrático” implantado pelo golpe militar.

Nesse contexto, podemos entender o recurso ao verbo combater, palavra que mais se apresenta no texto (cinco vezes): o regime implantado em 1964 no Brasil tinha o objetivo claro de combater os opositores da doutrina capitalista-liberal defendida pelos Estados Unidos, levando o cidadão que subscreveu seu certificado de adesão a prometer defender e propagar a Revolução Democrática no Brasil, o trabalho e o aumento da produção, o capital e a livre iniciativa. Como um soldado, cabia-lhe combater a ganância, o roubo, a corrupção, a desonestidade, a sonegação e a especulação – atributos maléficis que eram associados à figura do comunista como o mal maior para o país.

Enquanto os “legionários da democracia” deveriam “combater o roubo, a corrupção, a ganância e os políticos desonestos”, a equipe econômica do novo governo procurou combater a inflação com

o achatamento salarial e abriu o país para a entrada do capital estrangeiro. As greves eram ilegais e a criação do FGTS em 1966 serviu a patrões que, rotativamente, contratavam mão-de-obra mais barata.

Os “legionários da democracia” não deveriam permitir a especulação e deveriam “combater os lucros excessivos”, mas os recursos do FGTS foram para o Banco Nacional de Habitação (BNH), que pagava juros inferiores à inflação e utilizava tais recursos para financiar casas a taxas favoráveis para o banco e para os construtores e, em vez de financiar casas populares, financiou moradias luxuosas.

Segundo Mocellin, nesse período, a UNE – União Nacional dos Estudantes – foi fechada, professores demitidos porque eram considerados subversivos pelo governo. Também as bibliotecas e livrarias foram alvos das ações antidemocráticas do governo que passou a confiscar livros considerados esquerdistas. Mas ao povo brasileiro cabia “combater intransigentemente (...) qualquer regime totalitário” (1987, p. 269).

É nesse contexto de exceção dos direitos democráticos dos cidadãos que vem a público o documento sobre o qual nos detemos, distribuído nas escolas públicas do Estado de São Paulo, com o aval do Rotary Club. Tal documento nos remete a um gênero textual de cunho panfletário, emitido pelo governo brasileiro à época do início da ditadura militar no país (1964), sob forma de uma campanha cívica, que pode ser analisado à luz da retórica entendida como técnica de argumentação para

“(...) estudar a organização discursiva a fim de apreender os procedimentos que permitem ligar a adesão de um ponto de vista àquelas idéias que lhes são apresentadas.” (Citelli, 1985, p. 17)

Entender e avaliar um ato retórico supõe a análise dos antecedentes da situação, o problema, sua anatomia, a identificação do retor com a audiência e da audiência com o assunto, as contingências do discurso, a interpretação do ato retórico e seu julgamento. Todos esses elementos são enunciados por Halliday (1988, p. 126), ao esclarecer que ato retórico é

“o texto ou a fala que, introduzida numa determinada situação problemática, pretende influenciá-la na direção pretendida pelo autor do texto e/ou orador.” (Rodrigues, apud Halliday, 1988, p. 12)

A necessidade de legitimação do então instaurado governo militar o levaria a promover, dentre outras ações, uma tentativa retórica para aparentemente minimizar os problemas sociais (greves, inflação, empobrecimento da população etc.), atribuindo a fatores externos o desequilíbrio social. Com isso, buscou mobilizar os cidadãos acionando figuras de seu imaginário autoritário, em forma de campanha militar de combate ao inimigo, travestida de ideário cívico.

Notamos que o governo, considerado aqui como retor, conduz a persuasão de sua audiência (povo), buscando unir os brasileiros numa cruzada comum contra a ameaça do comunismo. A estratégia retórica é de guerra, notada na seleção lexical: lutar, combater, pugnar, além da palavra legionário (soldado de uma legião) em referência a cada cidadão. Podemos entendê-la como uma metáfora bélica para legitimar a realidade a ser construída pelo novo governo em prol de uma nova ordem social.

Dentre os apelos às emoções da audiência – um dentre os mecanismos retóricos – temos a ênfase nos sentimentos ligados à família, à pátria, à religião, à solidariedade. A

democracia (palavra que, no contexto, designa o posicionamento político brasileiro de endosso ao capitalismo norte-americano) é o ponto de convergência usado para agregar governo/povo, em oposição ao comunismo que se reveste como totalitarismo, situação ideológica que caracterizou o período da Guerra Fria e que, no imaginário social brasileiro, representou por muito tempo a personificação do inimigo.

Dada a contingência em que se inseriu esse ato retórico – a passagem para um governo ditatorial – afiguram-se, hoje, como irônicos os postulados que deveriam ser seguidos pelos “legionários” de então. O distanciamento no tempo nos permite uma avaliação mais realista dessa cena de enunciação e, por isso, aflora a contradição presente no ato retórico.

Como sabemos, a persuasão está sempre presente em todo ato comunicativo, marcado por um complexo jogo de manipulação, com o objetivo de levar o enunciatário, a audiência (no nosso caso, o povo) a crer no que se veicula.

Uma das ações do governo foi forjar um inimigo, que nesse caso fora o comunismo, pois a criação de inimigos é própria dos discursos persuasivos. Criando um inimigo, duas forças se defrontam: o bem, representado pela democracia, e o mal, representado pelo comunismo. O efeito de sentido desejado implicitamente era a adesão à nova forma de governo instaurada (do regime militar), escamoteada pelo engajamento na luta pela democracia. Conforme destaca Philippe Breton:

“O Ocidente passou, desde a invenção grega, por numerosos retrocessos do ponto de vista da democracia, mas o fantasma da palavra sempre assombrou com sua presença os corredores das piores ditaduras.” (1999, p. 30)

Para destacar o sentido de guerra entre o bem (democracia, representada pelo novo governo) e o mal (comunismo, representado pelo governo deposto), o texto explora palavras como luta, combate, pugna. A legitimação do novo governo se daria então pela identificação com os anseios populares de libertação do jugo comunista. Governo e povo irmanavam-se nos mesmos ideais na cruzada democrática.

Pátria, família e religião constituem um tripé destacado na construção desse texto como argumento que apela às emoções da audiência. Também temos o argumento do sacrifício quando o “legionário” é convocado a “evitar os gastos supérfluos ou além das possibilidades”.

Tantos e tão abstratos são os deveres do legionário que, pelo critério pragmático de avaliação do ato retórico, somente seres com poderes extraordinários conseguiriam cumpri-los. Caracteriza-se, então, mais por um apelo emocional, dadas as circunstâncias sob as quais se assentava o novo governo, do que uma exigência de ação concreta. Ainda assim, de início, a população engajou-se na campanha, talvez mobilizada pela comoção nacional, o que nos permite afirmar que o ato retórico obteve o efeito desejado. Assim, a construção retórica do governo, evidenciada no *Certificado de Adesão*, visava a uma ação política no sentido de acionar elementos simbólicos do imaginário reacionário e autoritário da população brasileira, a fim de atrelar o cidadão ao novo regime, a partir das perspectivas impostas pela Guerra Fria conduzida na política internacional.

Como ato retórico, o texto mobilizou tanto pelo apelo à emoção da audiência como pela técnica manipuladora da desinformação, amplamente posta em ação pela imprensa e pelo rádio. Esses meios de comunicação colaboraram

para induzir a opinião pública a erro. Já Breton (1999, p. 54) pontuara que a desinformação “é a técnica de comunicação que corrompe de forma mais segura a causa que pretende defender”.

Não foi por acaso que os militares, aproveitando-se da ação popular de descontentamento que brotou pelo país todo, apoderaram-se do governo. Sabe-se que essa situação foi insuflada pelos próprios

militares, que buscavam o estopim para a tomada do poder. A desinformação, a emoção, a carestia, a fragilidade do governo Jango formaram o amálgama necessário para o golpe militar de 1964, que encontrou legitimidade no imaginário social do Brasil republicano.

Mesmo tendo sido o mentor da campanha da **Semana Cívica do Ouro** – ainda que movido por interesses pessoais – Chateaubriand,

alguns meses depois, já desacreditava o governo militar de Castelo Branco. Contudo, era tarde demais. Diante do montante arrecadado, o ato retórico da campanha do ouro surtira efeito sobre a população que, mobilizada pelo medo do comunismo, pela ingenuidade, pela desinformação, acabou por se tornar refém e vítima da própria situação, inicialmente, desejada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, II vol.

BACZCO, B. Imaginação social. **Enciclopédia Enaudi**. 5v. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BRETON, P. **A manipulação da palavra**. São Paulo: Loyola, 1999.

CITELLI, A. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 1985.

HALLIDAY, T.L. **Atos retóricos: mensagens estratégicas de políticos e igrejas**. São Paulo: Summus, 1988.

MOCELLIN, R. **A história crítica da nação brasileira**. São Paulo: Editora do Brasil, 1987.

MORAIS, F. **Chatô, o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



INPES

Instituto de Pesquisa

O INPES é um órgão do IMES - Universidade Municipal de São Caetano do Sul, que opera no mercado há 15 anos, em empresas e entidades do setor público e privado, oferecendo serviços nas áreas de:

- pesquisas qualitativas e quantitativas;
- treinamento e desenvolvimento de recursos humanos;
- projeto de consultoria administrativa, econômica, financeira, comércio internacional e sistema de informática.

Informações e consultas poderão ser feitas pelo telefone:
(011) 4239-3258 - fax: (011) 4239-3268 - inpes@imes.edu.br
Rua Conselheiro Lafaiete, 1.111 - São Caetano do Sul